ISSN: 1984-8781 - Anais XVIII ENANPUR 2019. Código verificador: **IRCyKOpUMi5Z** verificar autenticidade em: http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais

AS MISSÕES DE PARENT E VIANA DE LIMA: ordem social e ordem espacial em Ouro Preto

Autores:
Bárbara Helena Almeida Carmo - USP - barbara.hac@gmail.com

Resumo:

Este artigo discute o processo de construção das ideias e práticas que ajudaram a consolidar o Estado como ator central nas políticas de planejamento urbano e patrimônio cultural no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. Para isso, estudamos as visitas a Ouro Preto de Michael Parent e Viana de Lima, consultores internacionais convidados para analisar a cidade e propor ações de modernização. Mostramos uma possível desordem registrada e tentamos analisa-la a partir das colocações de Topalov (1991) sobre uma possível "crise" da comunidade formada pelos produtores de representações científicas sobre a cidade. Topalov considera que existe um "elo" entre o discurso científico e o progresso social e suas reflexões se fazem úteis para entender como as missões, os relatórios e os planos desnudam o trabalho dos especialistas e repercutiram em ações institucionais, expondo uma "ordem espacial nova". Por fim, questionamos os limites da democracia, ao apoiar-se na ciência para impor uma ordem política.

AS MISSÕES DE PARENT E VIANA DE LIMA:

Ordem social e ordem espacial em Ouro Preto

INTRODUÇÃO

Nos é dada a oportunidade de debater sobre a inevitabilidade do tempo e tudo que essa condição significa, de forma destacada, o potencial do tempo presente para resistir ao indesejado, dar continuidade ao que é adequado, construir projetos utópicos para os novos tempos e traçar novos caminhos. Diante do momento presente, faz-se necessário destacar diferenças sobre o fundo de uniformidade do horizonte histórico, retomar "acontecimentos" relevantes para a área da ciência das cidades, escolher o "itinerário" a ser percorrido para narrá-los, como Paul Veyne nos apresenta no livro "Como se escreve a história", de 1971: "a história é filha da memória". Este artigo pretende trazer à tona um fragmento de história e de "verdade", a partir de fatos que chegaram a nós por meio de vestígios, documentos, fontes, (VEYNE, 1971). Para tanto, o texto trata do processo de construção das ideias e práticas que, nas décadas de 1960 e 1970, ajudaram a consolidar o Estado como ator central nas políticas de planejamento urbano e patrimônio cultural no Brasil. Estudaremos dois eventos marcantes: as visitas do francês Michael Parent a Ouro Preto (MG) em 1966 e 1967, em missão pela UNESCO para tratar da questão patrimonial e elaborar relatório; e a visita do português Alfredo Evangelista Viana de Lima, para estudo das condições urbanas da mesma cidade, com posterior confecção de dois relatórios, em 1969 e 1973.

Estas visitas e seus produtos fizeram parte de um processo de aproximação entre a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN - atual IPHAN) e a União das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no sentido de incentivar a aplicação de recursos na área de patrimônio e promover o desenvolvimento econômico por meio do turismo. A análise das visitas dos consultores internacionais a Ouro Preto pretende mostrar dois lados de uma mesma moeda: primeiramente, como eram feitos os relatórios, quais foram as iniciativas de modernização da cidade propostas, seu conteúdo de forma geral, e, posteriormente, evidenciar aspectos particulares de cunho político que estão por trás desses acontecimentos, visando a reconfiguração ou fortalecimento da ordem social vigente.

O relatório de Michel Parent tornou-se referência por muitos anos e, foi, inclusive, incluído formalmente nas referências bibliográficas dos estudos de Viana de Lima. O Plano Viana de Lima foi considerado pioneiro pelos ouro-pretanos e agentes do Estado à época, porém, a cidade já havia sido alvo de planos urbanos em, pelo menos, duas ocasiões: em 1891 e em 1893. O projeto de 1891 ficou conhecido como "Projeto Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto" e foi proposto pela Empresa de Melhoramentos da Capital. Nesse momento era importante garantir que os melhoramentos e obras da ainda capital do Estado fossem de fato

realizados com o protagonismo do poder público municipal. Embora o custeio dos melhoramentos urbanos devesse ser feito com recursos municipais, um empréstimo do governo estadual e algumas concessões foram autorizados para viabilizar os projetos.

Em 1893, ainda dentro do escopo do projeto modernizador proposto pela Empresa de Melhoramentos, o engenheiro municipal Blaksley lançou um plano de expansão para a cidade. Esse plano consistia na urbanização do Morro do Cruzeiro, que abrange aproximadamente dois quilômetros quadrados, e representaria a área de expansão urbana da antiga cidade que já era considerada saturada e engessada. O Plano previa a possibilidade de extração mineral na região, a interligação do Morro do Cruzeiro com o Morro da Forca (que faria a conexão entre aquele e a cidade antiga) através de planos inclinados e um viaduto com mais de 300 metros de extensão, com via dupla de bondes, faixa de rodagem e calçadas. A estrada de ferro seria entroncada com a rede de bondes e um sistema novo de iluminação elétrica e encanamentos seria provido. O planalto do Morro do Cruzeiro seria terraplanado e aterrado em alguns pontos, regularizado e dividido em quarteirões regulares e ortogonais (MENICONI, 1999). Além desses planos, uma proposta como a que foi solicitada a Viana de Lima já havia sido cogitada pelos técnicos da sede do IPHAN em Ouro Preto desde que o engenheiro Ivo Porto de Menezes esteva à frente dessa representação, dez anos antes (RIBEIRO, 2013, p.59).

Os objetos de estudo desse artigo, portanto, apesar de terem tido grande relevância para Ouro Preto à época e possuírem reverberações até os dias de hoje, não são considerados novidades no que tange ao planejamento urbano e à ciência das cidades. Estes são compreendidos dentro de um contexto, e suas contribuições registradas dentro de um quadro de mudanças em curso nas instituições. Como forma de fundamentar este artigo e tornar mais claros os acontecimentos aqui relatados, recorremos à exposição de Christian Topalov, que em 1991 discorreu sobre uma possível "crise" da comunidade formada pelos produtores de representações científicas sobre a cidade e os territórios. Assumindo que exista essa crise à época em que fala, o pesquisador se propõe a discuti-la, porém, mantendo sempre em vista a "memória dos discursos passados de nossas disciplinas"[1], do contrário, não faz sentido discutir. Topalov considera que existe um "elo" entre o discurso científico e o progresso social, e que este estaria em vias de ser desfeito. Para desenvolver esse raciocínio, examina, ao longo da sua exposição, as condições de legitimação social dos especialistas da cidade e do território em um período histórico de cerca de 100 anos:

> "[…] a ciência das cidades nasce de uma irritação que dá lugar ao enunciado fundador de uma 'questão urbana': qualquer que seja a forma como é caracterizado o mal de que a ciência deverá se ocupar, tratar-se-á sempre de recolocar as coisas em seus lugares. Em outras palavras, trata-se de instaurar uma ordem espacial nova, meio e resultado de uma nova ordem social" (TOPALOV, 1991, p.28).

O autor explica, metaforicamente, que essa ordem a ser gestada tem seus moldes, que são implicitamente designados "como se em negativo" (Topalov, 1991, p.29) pelos termos com os quais a realidade é analisada ou descrita. A desordem que os agentes da ciência urbana e da política experimental observam e registram seria a imagem invertida de uma ordem

[1] Por "nossas disciplinas" o autor compreende as ciências das cidades e áreas correlatas tais como ciência política e sociologia.

escondida, ainda potencial, que deve ser convertida em realidade. Para remediar essa desordem analisada e descrita pelos especialistas das cidades, são definidos meios científicos e experimentais de intervenção na realidade, visando aproximá-la daquilo que querem que ela se torne. Faz-se necessário adquirir não só uma legitimidade científica, mas uma legitimidade social, que, para Topalov, "lhes será concedida pelos grupos dominantes que estão procurando definir as formas de uma nova ordem social mais produtiva e menos conflituosa" (Topalov, 1991, p.30). Nesse contexto, os cientistas urbanos se tornaram administradores, *experts,* especialistas das cidades a serviço dos aparelhos governamentais.

Essas reflexões nos ajudam a entender como as missões, os relatórios e os planos tratados nesse artigo revelam sobre o trabalho dos atores que os executaram. É profícuo compreender de que forma esses produtos repercutiram em ações institucionais por parte do governo brasileiro visando desmoldar e expor uma "ordem espacial nova". Olhando um pouco mais além, podemos ver que esses trabalhos desnudam as ideias que os sustentam, ajudam a revelar a "ordem escondida" (Topalov, 1991). Com esses pressupostos em mente, veremos o contexto em que uma possível desordem foi registrada e analisada por técnicos internacionais em missão pelo Brasil e tentaremos interpretar esses registros, analisá-los a partir das colocações de Topalov. Também serão mobilizadas algumas referências internacionais que movimentavam o debate sobre o patrimônio, o turismo e o planejamento nesse período e as redes de relacionamento e informação de alguns agentes envolvidos nesses acontecimentos.

AS MISSÕES E O RELATÓRIO DE MICHEL PARENT

Michel Parent (Figura 01) possuía uma formação interdisciplinar, com bacharelado em filosofia e matemática, licenciatura em matemática, direito e física. Foi contratado para participar da elaboração de um inventário de sítios históricos no Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e Inspeção de Sítios na França, efetivado na instituição em 1946 e promovido a inspetor-geral, em 1969. Permaneceu na instituição até sua aposentadoria, em 1984. A visibilidade que Parent alcançou fez com que se tornasse consultor da UNESCO. Sua primeira missão como consultor aconteceu no âmbito do programa Turismo Cultural[2] para o Brasil.

Parent também foi à Tunísia, em 1967; à Núbia, em 1968; ao Senegal, em 1970; voltou ao Brasil e foi ao Haiti, em 1983; e viajou para a Romênia, em 1988 (RIBEIRO, 2013, p.54). Michel Parent foi chefe da delegação francesa no Comitê da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 1972, e responsável pela elaboração de um relatório para discutir critérios de inserção de monumentos na Lista do Patrimônio Mundial, em 1978. A experiência adquirida nessas atividades o credenciou para assumir a presidência do ICOMOS entre 1981 e 1987. Em 1990, seu trabalho foi reconhecido com o *Grand Prix* Nacional do Patrimônio na França (RIBEIRO, 2013, p.54).

A vinda de Michel Parent ao Brasil se inseriu em um contexto de busca de cooperação entre organismos voltados para a preservação do patrimônio cultural no mundo, em que se apostava na relação entre turismo, desenvolvimento econômico, preservação e valorização

[2] Ação gestada no âmbito da UNESCO para defesa da preservação e valorização do patrimônio dos Estados-Membros em relação ao desenvolvimento do turismo e de medidas que encorajassem a modalidade de turismo chamada "Turismo Cultural".

do patrimônio cultural. Integrantes do governo brasileiro, que a partir da década de 1960 estreitaram relações com a UNESCO, possibilitaram com que essa relação se tornasse ainda mais próxima. Estes se envolveram diretamente na reunião dos esforços necessários para viabilizar as ações de preservação pretendidas pela DPHAN e acordadas pelos Estados-Membros e demais participantes da Conferência que deu origem à Carta de Veneza, em 1964.

Corrêa (2012, p.83) afirma que antes da formalização da parceria, a UNESCO já havia manifestado interesse em atender o pleito brasileiro de participação no programa Turismo Cultural haja vista que, no Brasil, já se esperava a visita de Parent. De acordo com Leal (2009, p.8), a DPHAN estava interessada no estabelecimento de parceria com a UNESCO para conseguir assistência financeira e técnica, o que possibilitaria a obtenção de recursos para estruturação do próprio órgão e para que desse andamento em suas atividades. Segundo Aguiar (2006), a essa época o turismo não era um assunto inédito no Brasil, havendo iniciativas de associações empresariais nesse sentido desde a década de 1920, o que pode indicar que dentro da DPHAN a discussão sobre as potencialidades e ameaças que o turismo ofereceria já não era novidade, tendo em vista que a instituição estava presente em iniciativas estatais e discussões internacionais desde a década de 1930, quando foi criada. Pode-se dizer, assim, que o estabelecimento de vínculos entre o turismo e patrimônio cultural parece ter sido, acima de tudo, uma porta de acesso da DPHAN à UNESCO, visto que não constavam diretamente nos objetivos dos técnicos e diretores do órgão de preservação.

O relatório da missão de Parent ao Brasil foi denominado "*Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du dévéloppement touristique et économique*" e foi elaborado após duas missões. A primeira ocorreu de novembro de 1966 a janeiro de 1967, tendo visitado os seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. A segunda missão ocorreu de abril a junho de 1967, tendo visitado o Rio de Janeiro, a Bahia, São Paulo, Maranhão, Pará e Rio Grande do Sul. Uma volta a Minas Gerais estava programada nesta segunda visita, porém o francês foi acometido de uma hepatite e encerrou os trabalhos (RIBEIRO, 2013, p.55).

Figura 1: Michel Parent (1984), à esquerda. Fonte: ICOMOS, seção In Memoriam. Disponível online. Acesso em 23 de outubro de 2018.

Parent chegou ao Brasil no início de novembro de 1966 e ocupou-se de coletar informações sobre o itinerário que faria, a estrutura da DPHAN, a legislação brasileira, entre outras coisas. A primeira visita começou somente em 24 de novembro de 1966, pela região Sudeste, dando ênfase aos sítios já acompanhados pelo órgão federal e aos polos de atração industrial no Espírito Santo. A visita seguiu para a região Nordeste, priorizando Salvador, e seguindo para Cachoeira e Belém, ainda na Bahia. Em seguida, Olinda, Igaraçu, Paulista e Recife, em Pernambuco; e São Luís e Alcântara, no Maranhão. A única cidade visitada na região Norte foi Belém, no Pará. Na região Central, Parent visitou Brasília e Goiás Velho, e, em seguida Minas Gerais, passando em Ouro Preto, Sabará, Mariana, Congonhas do Campo, Tiradentes, São João Del-Rei, Diamantina e Belo Horizonte. Por fim, a região Sul, tendo visitado Paranaguá, Vila Velha, Foz do Iguaçu, São Miguel e as reduções indígenas, e alguns locais no Rio Grande do Sul (IPHAN, 2008, p.30). Com esse percurso e grande parte dos bens visitados já tendo recebido proteção legal, esperava-se que o relatório deixasse claro para a UNESCO a urgente necessidade de investimentos, pois pretendia-se mostrar que diante de um acervo dessa magnitude os recursos disponíveis para a preservação no Brasil eram insuficientes e a estrutura do instituto, carente de melhorias.

Leal (2008, p. 27) destaca que o relatório de Parent tinha duas perspectivas: chamar a atenção do governo brasileiro para as potencialidades turísticas de seu patrimônio cultural, e revelar aos organismos internacionais a excepcionalidade desse patrimônio, ratificando o pedido de apoio. Em seu relatório, resultado da experiência adquirida e observações realizadas ao longo das visitas, Parent expressou: por um lado "um país dotado pela natureza, pela história e pelas qualidades inatas e potenciais de seus habitantes", de outro, "o país das dificuldades desmedidas" (IPHAN, 2008, p.42). O francês passou, então, a apresentar o que chamou de epopeias: da cana-de-açúcar, dos bandeirantes e da extração do ouro e pedras preciosas, do café, da borracha e da criação de Brasília (IPHAN, 2008, p.44). Parent chamou atenção para a magnitude da transformação econômica que deveria ser realizada no país para que fosse viável salvaguardar o patrimônio cultural brasileiro.

Parent colocou o turismo como uma das fontes de incremento da renda nacional, capaz de "fornecer um álibi econômico aos esforços consideráveis que devem ser feitos se quisermos salvaguardar o vasto patrimônio cultural que está há muito tempo em perigo, mas cuja ruína brevemente será irreversível" (IPHAN, 2008, p.46). Nesse sentido, o francês frisou que a quantidade de turistas que o Brasil recebia (100 mil no ano de 1965) podia ser considerada baixa diante da sua potencialidade: "um país tropical que integrou no decorrer de séculos ao esplendor de sua paisagem um importante repositório cultural, especialmente sob a forma tangível e fixada de seus monumentos e suas cidades de arte" (PARENT in IPHAN, 2008, p.43). O francês não deixou de fazer o contraponto, alertando sobre as possíveis consequências de se submeter o patrimônio aos critérios de rentabilidade da atividade turística.

Ao longo de toda a sua exposição, Parent expressou um entendimento de que a efetividade da preservação é condicionada à inclusão de medidas nesse sentido nas iniciativas de planejamento urbano do município. O consultor destacou quatro pontos cruciais: I) a integração da preservação aos planos de desenvolvimento globais; II) a articulação com as

políticas voltadas para o turismo, a habitação e o planejamento; III) a necessidade de divisão das tarefas e envolvimento dos três entes federativos e; IV) a reestruturação da DPHAN para que se torne de fato um órgão coordenador das políticas de preservação. Delineou, então, diretrizes que explicitavam aspectos técnicos, políticos, físicos, sociais, administrativos e econômicos que considerou relevantes. Este relatório assumiu, para Ribeiro (2013, p.57), "caráter de guia, de orientação para a elaboração de planos e estudos por parte dos técnicos brasileiros, incluindo também a formação técnica, que era uma das prioridades da assistência técnica promovida pela UNESCO".

No que diz respeito a Ouro Preto, Michel Parent começou:

> "O estado de adiantamento dos estudos do "Patrimônio" e a excepcional publicação do guia de Ouro Preto do grande escritor e poeta Manoel Bandeira nos permitem, a título de ilustração detalhada, valorizar a descrição e destacar os problemas relativos às igrejas de Ouro Preto e a seus edifícios civis" (IPHAN, 2008, p.127).

Parent passou à caracterização da malha urbana e fez comparações com as do Rio de Janeiro e de Salvador, destacando a peculiaridade do tecido distendido da cidade, que leva à descoberta progressiva do olhar do visitante entre ruelas e torres sineiras coroando os morros. O francês encontrou na cidade uma aura e uma vida que deveriam ser preservadas imediatamente para que não se perdessem e frisou o caráter global como responsável pelo grande valor já reconhecido pelo "Patrimônio"[3]. Parent destacou também a natureza residual, intermediando o tecido urbano: um equilíbrio frágil em matéria de topologia e estética. O autor frisou a necessidade de realização de obras de contenção de deslizamentos, tão típicos e preocupantes devido às condições geomorfológicas e climáticas no município, e de obras viárias, além de ter elogiado a decisão política que havia definido recentemente a construção de uma estrada que desviasse o fluxo de veículos do centro.

Em seguida, Parent enalteceu a figura de Aleijadinho e sua obra e passou a apresentar uma descrição das principais igrejas e capelas da cidade, dando indicações do seu estado de conservação e sugestões de intervenções a serem realizadas. Ao fim concluiu:

> "Todo esse conjunto precisa de determinadas intervenções de salvaguarda, sem as quais o caráter religioso da cidade correria o risco de se atenuar, de não ser mais perceptível em seu significado específico. Esse imenso patrimônio testemunha nesta cidade o que foi, ao mesmo tempo, o trabalho e a dolorosa escravidão dos negros – que não foi isenta de revoltas e, às vezes, de espetaculares vinganças – uma vez que associava e outras opunha não apenas os brancos, mulatos e negros, mas também, com freqüência, confrarias rivais que disputavam locais de culto e patronatos sagrados. Essa vida efervescente, impregnada de religiosidade ingênua e atravessada por rivalidades profanas não deixa de lembrar o ambiente do mundo medieval europeu. É esse sentimento que os esforços para desenvolver Ouro Preto

[3] Termo pelo qual o IPHAN ficou conhecido por muito tempo pelo senso comum.

> devem poupar e, se possível, tornar ainda mais perceptível. ” (IPHAN, 2008, p.133).

O francês prosseguiu com o mesmo procedimento para os edifícios civis e destacou também a importância das pontes e chafarizes da cidade:

> “Citemos a fonte do largo de Marília, a do Paço de Antônio Dias e, sobretudo, a fonte dos Contos. Mas seria preciso citar umas 20 cujo estado é mais ou menos satisfatório e que exigiriam uma verba global para sua recuperação. Quanto às pontes de Ouro Preto, sobre as quais Manuel Bandeira chama nossa atenção, um outro poeta, Gonzaga, cantou-as há 200 anos: não é apenas sua arquitetura que é digna de interesse, mas a vista para os fundos dos imóveis que elas revelam, como a da rua Tiradentes, a partir da ponte dos Contos. ” (IPHAN, 2008, p.135).

Parent ficou especialmente impressionado com o recém-criado Festival de Inverno que caracterizou como capaz de se tornar um grande acontecimento mundial e propôs o seu financiamento direto pela UNESCO. Convencido de que o valor de Ouro Preto se baseava no seu conjunto, propôs o financiamento para as restaurações dos imóveis que julgou necessário, o estabelecimento de um Plano Diretor, o reflorestamento de algumas áreas, especialmente os morros que apresentavam risco de deslizamento, a organização da infra-estrutura urbana (sítio), a manutenção da atividade tecnológica e, o desenvolvimento hoteleiro. Por fim, comparou: “os problemas não têm a mesma escala dos de Salvador, que exigem uma reestruturação urbana. Aqui, o ambiente […] deve antes ser preservado do que criado” (IPHAN, 2008, p.137).

É também relevante destacar que, ao sistematizar as considerações sobre Minas Gerais, Parent frisou a importância dos Planos Diretores e, no que se refere à normatização das construções, recomendou a “implantação de arquitetura livre e para concepções urbanísticas totalmente novas”, exceto para Ouro Preto e Mariana, locais onde até os dias de hoje a legislação mantém uma rigidez contestável, que permanece favorecendo a falsificação da paisagem urbana.

O relatório contendo observações sobre Ouro Preto e outras diversas cidades visitadas no Brasil e respectivas recomendações foi entregue em 1967 e recebido pelo governo brasileiro, representado pelo IPHAN, na gestão de Renato Soeiro[4]. Este vivenciava à frente do órgão um contexto de intensificação da discussão internacional sobre a necessidade de constituição de uma política oficial pelos governos, como foi debatido no Encontro de Quito, que deu origem ás Normas de Quito (1967). Soeiro e o IPHAN estavam imersos no caldo cultural e político que mais tarde proporcionou a realização dos “Encontros de Governadores para Preservação do Patrimônio Cultural”[5] (em 1970 e 1971), e nos quais foi frisada a necessidade de redirecionar a atitude política para a conservação do patrimônio nacional e de

[4] Soeiro foi diretor do IPHAN de 1967 a 1975 e foi um nome de peso da preservação do patrimônio no Brasil, com grande influência internacional pela sua participação ativa nas reuniões da OEA e da UNESCO.

[5] De acordo com Corrêa (2012, p. 97), esses encontros estavam inseridos no contexto de criação do Sistema Nacional de Cultura e do Conselho Federal de Cultura, em 1966, que tinham como um dos seus objetivos a descentralização da gestão por meio da criação de conselhos e órgãos de cultura nos estados e municípios.

promover iniciativas de colaboração e ações conjuntas entre instituições. Não é arriscado afirmar, portanto, que o relatório de Michel Parent inspirou e impulsionou a criação, em 1973, do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (PCH). Essa foi uma ação governamental de grande escala, realizada por meio de um convênio entre a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República (Seplan-PR) e o IPHAN, que representou um grande passo, não só para a restauração de objetos patrimonializados, mas principalmente para o entendimento da preservação do patrimônio nacional como objeto de políticas públicas.

Após as visitas e a entrega do relatório por Parent, o Brasil recebeu os urbanistas ingleses Shankland e Walton para desenvolvimento da primeira fase de um projeto ambicioso para o Pelourinho, em Salvador, que envolveu questões urbanas muito sensíveis. Posteriormente, Ouro Preto recebeu outro consultor, o português Viana de Lima, para definir diretrizes que tiveram como base as sugestões contidas nos relatórios de Parent. Já em meados da década de 1970 o relatório de Viana de Lima viria a subsidiar estudos da Fundação João Pinheiro (FJP) para elaboração do "Plano de Conservação, Desenvolvimento e Valorização de Ouro Preto e Mariana"[6].

O PLANO VIANA DE LIMA

Alfredo Evangelista Viana de Lima (1913-1991) (Figura 02) cursou Arquitetura na Escola de Belas Artes do Porto de 1929 a 1941, e durante parte deste período estagiou na Seção dos Monumentos Nacionais do Ministério das Obras Públicas da cidade[7]. Foi membro da Organização dos Arquitetos Modernos (ODAM), sediada no Porto, e associou-se, desde 1951, a todos os congressos internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). A partir dos anos 1960 participou de trabalhos de levantamento e recuperação de edifícios históricos e do planeamento de zonas urbanas antigas. Tornou-se consultor do patrimônio luso pela Fundação Calouste Gulbenkian. Envolveu-se com a Comissão Organizadora da Exposição de Arte e de Arquitetura Portuguesa, integrada nas comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, e estabeleceu contato com Augusto Carlos da Silva Telles, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa, figuras que estavam vinculadas ao movimento de arquitetura moderna brasileira e, ao mesmo tempo, às políticas públicas para conservação no Brasil (RAMALHO, 2015, p.139). Colaborou com Oscar Niemeyer no projeto de Empreendimento Turístico de Pena Furada, no Algarve (1965) e no Casino Parque Hotel da Madeira (1966).

A partir de 1968 qualificou-se como consultor da UNESCO e veio ao Brasil algumas vezes com a missão de elaborar estudos e planos urbanos. Desenvolveu estudo da condição urbana de Ouro Preto (MG) em 1968 e terminou o plano em 1973. Elaborou estudos e planos para São Luís e Alcântara (MA), em 1973; para São Cristóvão e Laranjeiras (SE) e Penedo e Marechal Deodoro (AL), em 1978. Mais tarde, em 1983, desenvolveu estudo e proposta de

[6] Sobre o "Plano de Conservação, Desenvolvimento e Valorização de Ouro Preto e Mariana", Arthur Ramalho trata de forma aprofundada em dissertação de mestrado defendida pela USP, em 2015.

[7] Dados sobre o arquiteto e sua trajetória obtidos na sessão de "Antigos Estudantes Ilustres da Universidade do Porto": Acesso em 10 de novembro de 2018. <https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=antigos%20estudantes%20ilustres%20-%20alfredo%20viana%20de%20lima>.

intervenção patrimonial em Rondônia, patrocinado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Além disso, entre 1974 e 1976, Viana de Lima participou de um Seminário promovido pela Universidade Federal da Bahia e foi professor convidado no curso sobre preservação e revitalização de Núcleos Históricos, promovido pela Universidade de São Paulo e outro sobre proteção e restauro de imóveis e núcleos históricos, na Universidade Federal do Recife. Viana de Lima presidiu a comissão que elaborou os estatutos de fundação do Instituto de Proteção do Patrimônio Cultural (IPPC), em Portugal (RAMOS; MATOS, 2008, p.10). Em 1977 foi nomeado Presidente da Comissão Nacional do Patrimônio Arquitetônico Europeu.

Figura 2: Viana de Lima em Ouro Preto. Fonte: Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro. Disponível online. Acesso em 23 de outubro de 2018.

Para além do notável trabalho no campo do patrimônio, Viana de Lima fazia projetos arquitetônicos modernistas. Alguns dos projetos que executou, tais como o da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, da Casa de Aristides Ribeiro, da Casa das Marinhas e do Hospital Regional e Centro de Saúde Mental de Bragança são considerados obras fundamentais para a compreensão da Arquitetura Moderna Portuguesa (RAMOS; MATOS, 2008, p.10). Cabe lembrar, portanto, que o arquiteto estava inserido em um contexto de propagação das ideias que sustentaram as noções de "cidade-fábrica" e "máquina de morar", que inspiraram por muito tempo as ciências urbanas.

O primeiro convite feito a Viana de Lima para visitar Ouro Preto se deu por meio da UNESCO, no âmbito do programa Turismo Cultural, em articulação com técnicos do IPHAN e do governo brasileiro que já o conheciam desde as comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro, quando veio ajudar a montar uma exposição. O arquiteto realizou, então, duas missões a Ouro Preto e elaborou relatórios com suas impressões e recomendações. O primeiro foi intitulado "*Brésil – Renovation et mise en valeur d'Ouro Preto – octobre-décembre*" e feito em 1968; e o segundo, "*Brésil – Renovation et mise en valeur d'Ouro Preto (Second Raport) – septembre-novembre*", feito em 1970. Estes relatórios foram publicados somente em 1970 e 1972, respectivamente, pela UNESCO. No ano em que o segundo relatório foi publicado, Viana de Lima veio ao Brasil pela terceira vez em missão pela mesma instituição.

Em 1974, a FJP o convidou para tornar-se consultor na elaboração do "Plano de Conservação, Desenvolvimento e Valorização de Ouro Preto e Mariana" (Figura 3), que se baseou nos relatórios produzidos por ele próprio (Viana de Lima) anos antes (RIBEIRO, 2013; RAMALHO, 2015).

Figura 3: Reunião de negociação da participação de Viana de Lima no Plano FJP. Fonte: Repositório Institucional da Fundação João Pinheiro. Disponível online. Acesso em 23 de outubro de 2018.

Com base na matéria publicada pelo Jornal "O Ouro Preto" em 1973, constata-se que a proximidade entre os relatórios de Viana de Lima e o referido Plano da FJP havia sido tanta que chegaram a ser confundidos em determinado momento: inicialmente o jornal cita o Governador de Minas Gerais, Rondon Pacheco, que, em um de seus discursos[8], lembrou que Viana de Lima havia se desdobrado "nos estudos apresentados que vieram cristalizar o projeto de recuperação de Ouro Preto e Mariana" ("O Ouro Preto", 1973). O que evidencia que o entendimento era que se tratavam de projetos diferentes. Porém, logo em seguida, ao começar a apresentar o plano a ser desenvolvido pela FJP, o autor da matéria escreve: "o primeiro setor do Plano Viana de Lima é o físico-territorial […]", e, sobre o alcance, destaca: "o maior alcance do **Plano Viana de Lima, que a Fundação João Pinheiro vai executar**, é que, além de conservar e restaurar o patrimônio arquitetônico e paisagístico das duas mais famosas cidades históricas mineiras, criará condições para o seu desenvolvimento, de acordo com o que, há tempos, propôs Rodrigo melo Franco de Andrade" ("O Ouro Preto", 1973, grifos meus). Esse trecho da matéria mostra que a separação entre os dois planos não era manifesta. Cabe esclarecer, portanto, que esse artigo trata somente das visitas e relatórios realizados por Viana de Lima sob a responsabilidade da UNESCO, e não do plano que a FJP elaborou.

Tendo isso claro, procedemos à descrição do primeiro relatório, resultado da primeira visita do arquiteto português a Ouro Preto. Nele foram descritos os principais problemas encontrados na cidade e as causas da degradação do patrimônio. Viana de Lima destacou que

[8] Discurso de encerramento da solenidade de assinatura do contrato entre a Fundação João Pinheiro, as prefeituras de Ouro Preto e Mariana, o IPHAN e o IEPHA.

embora a cidade continuasse muito rica, era necessário que medidas urgentes fossem tomadas, caso contrário, ocorreria a perda de todo esse patrimônio identificado. A esse diagnóstico seguiu-se um conjunto de recomendações que serviriam para a criação de um "programa de preservação e de valorização" para que a condição de abandono fosse superada e que, ao mesmo tempo, impedisse a degradação que poderia decorrer da geração de um novo ciclo econômico na cidade. Este primeiro relatório foi entregue à UNESCO no final de 1969 e teve uma recepção positiva (RIBEIRO, 2013, p.69). O plano que efetivamente ficou conhecido pelo nome do autor consistia em um conjunto de textos e peças gráficas contidas neste relatório, publicado somente em 1970 pela UNESCO.

No plano, Viana de Lima apresentou as possibilidades de expansão urbana e sugeriu a construção de uma "cidade-satélite" que deveria ser dividida em zonas, de acordo com o uso. Para esta nova área da cidade foram pensadas as vias de circulação, os lotes onde se implantariam parques, hospital, cemitério, indústrias e até uma rodoviária, sempre separados da área antiga por uma faixa verde de terra não edificante, provavelmente à inspiração do ideário Cidade-Jardim[9].

A Praça Tiradentes se constituiu como um elemento de destaque do plano, pois recebeu várias diretrizes que iam desde a mudança no calçamento, retirada de elementos (como o Monumento à Tiradentes), até a mudança de uso das edificações para melhor atender as demandas do turismo, como a Escola de Farmácia, que deveria ser transformada em museu e suas atividades transferidas para o campus universitário no Morro do Cruzeiro. A Praça Tiradentes foi entendida como peça-chave para o desenvolvimento da atividade turística, haja vista que possui localização estratégica na malha urbana e apresenta amplo campo visual e de espaço vasto, o que a tornaria propícia à realização de atividades culturais envolvendo dança e música.

Além disso, para o núcleo urbano consolidado o arquiteto fez observações sobre o trânsito, indicou traçado de sistema viário, propondo a hierarquização de vias, áreas cuja circulação e estacionamento de veículos seria restrita e espaços de priorização do pedestre. A exemplo de recomendação já registrada anteriormente no relatório de Michel Parent, neste caso também foram sugeridas áreas de proteção para evitar desastres naturais como deslizamentos de terra. Além de intervenções de restauro, foi proposto um zoneamento que considerou a densidade construtiva, gabarito, uso, e consistia na definição de três áreas com níveis de degradação crescentes das edificações e conjuntos: I) onde foram identificados vazios na malha urbana foi estabelecido que seria permitido construir para trazer mais uniformidade e facilitar a leitura do conjunto; II) em determinadas áreas seriam feitas apenas intervenções de recuperação e restauro e; III) para outras áreas seria indicado proceder a demolição, pois entendia-se que a "expansão caótica" ou o processo de construção indisciplinada poderiam levar à "destruição da paisagem e do caráter da cidade" (VIANA DE LIMA, 1970, p.7).

A trajetória de Viana de Lima como arquiteto modernista o aproximou das práticas que vinham sendo adotadas em Ouro Preto de "valorização da arquitetura setecentista e de

[9] Parte das ideias que compunham o ideário Cidade-Jardim teve grande êxito de propagação e muita repercussão ao nível internacional. Ebenezer Howard é autor do livro "Garden Cities of To-morrow", que foi publicado em 1898.

delimitação de ecletismos" (SANT'ANNA, 2014, p. 211). Nesse sentido, como destacado por Ribeiro (2013, p.63), Viana de Lima entendia e propôs que "as construções desfigurantes" poderiam sofrer disfarces "com vegetação alta e colocação de janelas falsas" (VIANA DE LIMA, 1970), ressaltando a figura do arquiteto como detentor do conhecimento, capaz de pensar uma cidade ideal, selecionar e intervir de forma a transpor para o espaço os conceitos e ideias ainda submetidos à supremacia dos valores histórico e artístico.

O arquiteto utilizou fotografias e pintura como ferramenta para demarcar edificações e áreas a serem eliminadas. Para Ribeiro (2013, p.67) este recurso reforçaria a ideia de seleção do que seria visível ou não no conjunto edificado e, ao mesmo tempo, desviaria as "funções que não fossem compatíveis com a estrutura e as edificações no centro histórico, ou cidade antiga". Faz-se importante destacar que a leitura da cidade passava pela compreensão do núcleo antigo como sendo parte de um cenário, pois o consultor defendeu a preservação do núcleo urbano e o "enquadramento" paisagístico (VIANA DE LIMA, 1970). Tanto as propostas, quanto o estudo estavam ligados à ideologia predominante na Carta de Atenas (ou Carta do Restauro), de 1931, que trata o monumento como figura principal no campo visual que compõe determinada perspectiva, limitando o entorno do mesmo à "área adjacente".

De forma coerente com a perspectiva das cidades novas, ou das cidades modernizadas e regeneradas, Viana de Lima parece não ter se descolado da ideia de bairro popular como "lugar dos males sociais e dos perigos" (TOPALOV, 1991, p.33), haja vista que interpretou, por exemplo, o Bairro Vila Aparecida[10], como passível de ser eliminado (Figura 4), seja por seu aspecto de desordem, frente a uniformidade do conjunto, seja pelas características que o aproximavam dos guetos e cortiços.

A Carta de Veneza (1964), que localiza-se mais próxima temporalmente das missões de Viana de Lima, foi pouco incorporada, tendo em vista que nesta o conceito de monumento histórico e de sítios monumentais havia sido aprimorado, abrangendo não só as grandes criações, mas obras modestas, que tivessem adquirido significação cultural com o tempo. Distante da ideia principal contida na Carta de Veneza, os jornais da época transmitiam que o plano de Ouro Preto visava a "recuperação de suas formas e a salvação da sua desfiguração pela construção de uma cidade-satélite, ou cidade nova, de modo a deixar seu 'núcleo barroco intacto'. Esse 'passaria a ser conservado e cuidado como um verdadeiro museu', de modo a tornar a cidade inviolável e livre de elementos destoantes" (RIBEIRO, 2013, p.69). Na mesma direção, o Jornal "O Ouro Preto" afirmou, em 1973, no contexto da assinatura do contrato com a FJP: "Queríamos, como queremos, uma Ouro Preto viva, acompanhando a evolução do tempo, mas guardando intransfigurável, no tempo e no espaço, o seu precioso e incomparável acervo histórico e artístico […]" ("O Ouro Preto", 1973). Este trecho evidencia que a discussão sobre o respeito ao contexto próprio de cada cultura e suas tradições, presente na Carta de Veneza, e sobre a necessidade de prever para o patrimônio função compatível com a vida coletiva da cidade, presente na Recomendação de Paris, de 1972, permeava o debate em

[10] O Bairro Vila Aparecida em Ouro Preto é retrato de um momento de forte crescimento populacional decorrente do ciclo do minério e de política de distribuição e venda de lotes de forma irregular na cidade. Este permanece com características consideradas destoantes da área mais antiga da cidade e são frequentes os conflitos para adequação das residências à tipologia determinada pela legislação federal.

diferentes âmbitos, mas não estava suficientemente digerida a ponto de ser incorporada em uma experiência prática, no plano urbano para Ouro Preto.

A segunda visita consistiu em uma reavaliação das indicações do primeiro relatório, desenvolvendo alguns pontos e reforçando-os (VIANA DE LIMA, 1972). O arquiteto destacou a necessidade, apontada desde o primeiro relatório, de realização de um levantamento aerofotogramétrico, que ainda não havia sido realizado, mas reconheceu o esforço da DPHAN "para a transcrição, em mapas topográficos, do mosaico fotográfico existente" (VIANA DE LIMA, 1972, p.6). Este segundo relatório foi entregue em 1972 sem o subsídio dos mapas solicitados, mas a esta altura já se negociava a realização do plano pela FJP. Ao final de seu relatório são apresentadas fichas contendo análise do estado de conservação de algumas edificações consideradas com alto interesse de preservação, bem como uma previsão de custos das obras de restauração a serem empreendidas.

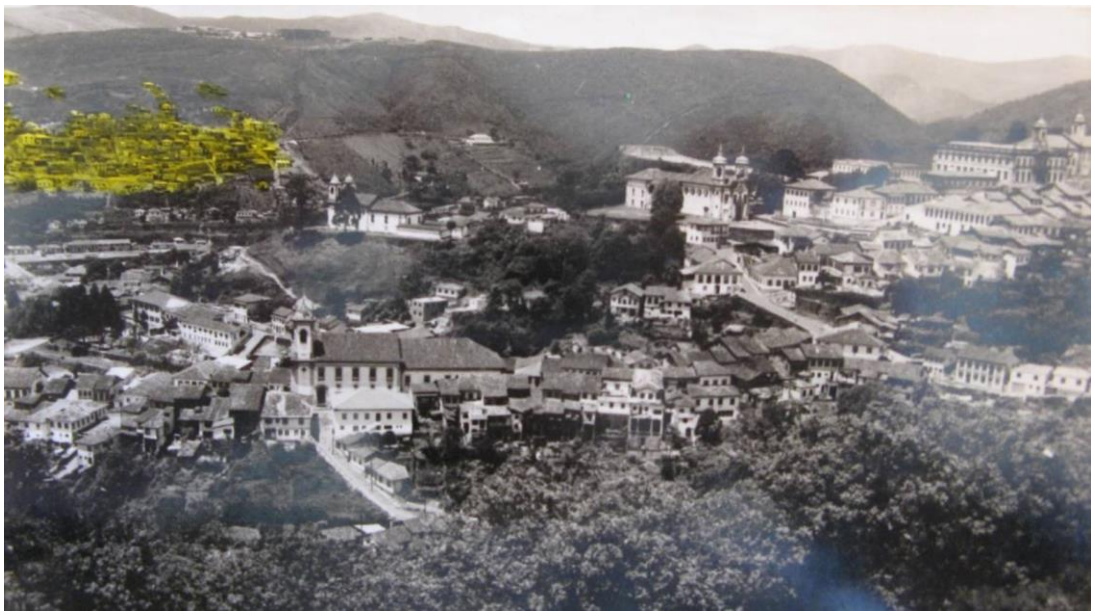

Figura 4: Mancha amarela para identificar o Bairro Vila Aparecida como área destoante, e, portanto, passível de eliminação. Fonte: Cecília Ribeiro, 2012 (Tese de doutorado).

OS VÍNCULOS ENTRE ORDEM SOCIAL E ESPACIAL

A partir das considerações iniciais sobre as relações estabelecidas pelo Estado com a UNESCO e as repercussões desses laços na definição de ações voltadas para a preservação do patrimônio e para o planejamento urbano foi possível conhecer duas missões: a de Michel Parent e a de Viana de Lima, assim como os respectivos estudos elaborados por eles.

Ao recorrer às memórias de Ouro Preto, concluímos que a cidade havia se tornado objeto direto da ciência urbana desde o final do século XIX, quando interesses políticos determinaram a transferência da capital para Belo Horizonte, logrando construir uma cidade completamente nova, coerente com a ideologia dominante e atendendo aos interesses das elites agrárias e urbanas à época. Como vimos por meio do estudo das missões e planos para Ouro Preto nas décadas de 1960 e 1970, somados às iniciativas de modernização da cidade empreendidas pela Empresa de Melhoramentos e pela prefeitura, podemos ter uma boa

indicação de como a ordem social e a ordem espacial trabalham em vínculos permanentes, com o fortalecimento e o abrandamento do elo dessas relações a depender do momento histórico que se investiga, ou da "intriga" (VEYNE, 1971) que se escolhe contar[11].

O relato de Michel Parent não perde de vista o que o consultor chama de "plano humano", e esclarece que mais do que recensear os destroços de um cenário que, para ele, permanecia "como o mais fecundo e homogêneo do continente americano", a sua missão se tratava de colocar o seu saber técnico a serviço das instituições governamentais e supragovernamentais e oferecer seu consentimento para liberar investimentos em uma cultura viva, ou "sobrevivente ainda em gestação", como ele se referiu. Parent situa o turismo como um dos esforços possíveis na tarefa de alavancar o desenvolvimento, mas não deixa de fazer contestações sobre a eficácia desta atividade. O português Viana de Lima, por sua vez, começa seu relatório com uma descrição geográfica de Ouro Preto e a ênfase ao longo do texto recai sobre os aspectos artísticos, históricos e naturais. A paisagem, a vegetação, as montanhas, a uniformidade das edificações com suas cores em harmonia e elementos construtivos, a grandiosidade e elegância das igrejas, bem como a beleza dos elementos urbanos, calçamento das ruas e iluminação são quase como um fio condutor do relato, aproximando-se muito de uma visão idealizada. Apesar disso, Viana de Lima passa às proposições de maneira objetiva, elencando práticas e métodos de intervenção, representadas em peças gráficas, em sua maioria mapas e fotografias. Essa visão foi considerada a tal ponto satisfatória que desembocou na elaboração de um plano de maior vulto desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, com sua colaboração.

A missão e o produto das atividades de Michel Parent e Viana de Lima ajudaram a conferir legitimidade a uma prática governamental que teve aderência e foi (ainda é) mantida pelos grupos sociais dominantes. A ideia de cidade que adere ao turismo baseado no patrimônio cultural sem grandes contestações e que tem suas escolhas do que preservar feitas por um seleto grupo de homens especialistas refletiu uma nova ordem ansiada. É importante frisar que se tratavam de iniciativas de governo gestadas e realizadas em plena Ditadura Civil-Militar. Recorrendo novamente à reflexão de Topalov (1991), notamos que antes da ordem urbana que a ciência da cidade anseia alcançar desde o seu nascimento, existe uma ordem produtiva e uma ordem política. Topalov lembra que na época do sufrágio universal os especialistas da ciência das cidades buscaram recriar o elo social, transformar as "massas" em cidadãos através da educação do proletariado e, mais tarde, do aprendizado de democracia. Qualquer que tenha sido (ainda seja) o eufemismo utilizado para designar esse trabalho histórico de uma parcela da população dita esclarecida junto ao povo visando organizar as sociabilidades e elevá-lo à participação política, não acontece dessa forma nos casos aqui estudados.

Voltando ao quadro analisado por Topalov (1991), a cidade desorganizada e precária, ou as áreas de pobreza, vistas como o lugar dos males sociais, passaram a ser entendidas pelos cientistas urbanos como instrumentos de "uma possível regeneração". As reformas,

[11] Paul Veyne (1971) utiliza o termo *intriga* para designar o itinerário que o historiador escolhe criticamente traçar para narrar o campo dos acontecimentos. Uma intriga não descreve a totalidade do campo, não é a única verdadeira, tampouco é a história em si, mas sim um corte operado livremente que visa descrever aspectos de fenômenos e acontecimentos observáveis em um tempo e meio determinados.

cidades novas propostas e operações planejadas em periferias urbanas se transmutaram em objetos de reorganização da vida coletiva das classes populares, esperando, como fim, um progresso de ordem política. Topalov ainda afirma que os regimes democráticos se apoiam nessas formas sociais autorreguladas. Já nos acontecimentos tratados nesse artigo, o trabalho dos especialistas convidados pelo governo é a identificação de aspectos da cultura e o receptor direto dessas representações científicas produzidas pelos consultores é o Estado ditatorial, determinado a entregar ao país o que se entendia por progresso. Então, o que passa a entrar no jogo quando se fala em reforma urbana e em iniciativas de preservação do patrimônio em contextos de ausência de democracia?

Segundo Topalov (1991), a partir da I Guerra Mundial, quando se intensificaram as tentativas de cimentar a unidade nacional em diversos territórios em disputa, "não somente os *experts* são mobilizados pelo Estado para o essencial, mas também povoam a própria administração. As ciências urbanas conhecem, então, um rápido desenvolvimento. Tornam-se ciências do Estado". Nesse sentido, ambos os casos estudados exemplificam e podem ser entendidos baseando-nos no que Topalov explica: a consultoria, o trabalho do *expert*, depende do reconhecimento de uma demanda por parte dos que tomam as decisões políticas. Como o objeto da ciência urbana escapa aos demais atores sociais, "o privilégio do observador sobre o observado consiste na transferência de saberes de lugares onde estão dispersos e confusos, para outros onde estão concentrados e sistematizados". Topalov apresenta também uma ambiguidade relativa às relações do pesquisador de campo, estudiosos e educadores progressistas dos anos 1960, com o poder político: ao mesmo tempo que pretendem passar uma mensagem crítica, conectada com as reais necessidades das massas, para serem ouvidos pelo poder, acabam se tornando informantes privilegiados dos tecnocratas e políticos. O pesquisador "é como um substituto cômodo à democracia que o solicitam" (Topalov, 1991, p.35). Para o autor, o "mundo político de nosso século XX fez sempre apelo à ciência para justificar suas decisões" e essa, que seria a maior vitória obtida pelos intelectuais, é também "uma das fronteiras mais sólidas que delimitam o espaço no qual pode se dar a democracia" (Topalov, 1991, p.36).

Essa última afirmação nos abre dois caminhos para reflexão: o primeiro, de que os regimes com caráter autoritário, por não prescindirem de legitimação social, podem ser furtar a basear as decisões políticas em ciência; e o segundo, de que o mundo político no nosso século XXI, mudando a rota do século anterior, estaria negando a administração científica e afastando a ciência das questões de Estado, até mesmo para o que é essencial. Evidentemente, as relações entre os consultores e o Estado, e as próprias relações entre o conteúdo dos relatórios e o que seria de fato colocado em prática não estavam destituídas de tensões. Não se trata de adotar uma visão maniqueísta e reduzir o papel dos consultores estudados à de reprodutores de ideologias unas para o bem ou para o mal, mas de se pensar os valores que estavam sendo negociados.

A antropóloga Laurajane Smith (2006) propõe uma reconfiguração da natureza do conceito de Patrimônio Cultural que pode nos dar ferramentas para começar. A autora afirma que patrimônio cultural é um processo firmado com as ações de rememoração que trabalham no sentido de criar formas de compreensão e engajamento com o tempo presente, capturando diferentes visões de mundo. Essas formas criadas e recriadas, segundo a autora, podem se constituir em ferramentas de emancipação política. O objeto dos estudos

dos especialistas estrangeiros enviados pela UNESCO em negociação com o Estado brasileiro era justamente a diversidade dos aspectos da nossa cultura, esses com forte potencial emancipatório. Pode-se dizer, portanto, que para um governo autoritário foi primordial não só mapear e destruir qualquer iniciativa com esse potencial já existente, como impedir que novas surgissem. Para tanto, fez-se necessário que o Estado conhecesse bem para controlar, investisse para trazer desenvolvimento (em sua perspectiva de progresso), e se munisse do conhecimento sobre as cidades para coibir iniciativas espontâneas e com caráter perturbador da ordem. Finalmente, cabe frisar que assim como os antecedentes e as redes de relações dos agentes envolvidos foram determinantes para constituir os processos aqui estudados, estes mesmos se somaram no campo dos acontecimentos da história e permanecem passíveis de serem relidos, fornecendo continuamente elementos para estudos futuros e leituras conscientes dos acontecimentos do presente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leila Bianchi. *Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto*. Rio de janeiro: Universidade Federal Fluminense – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2006. (Tese de Doutorado)

CAMPOFIORITO, Ítalo (Org.). *60 Anos: a Revista*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 26. Brasília: IPHAN, Ministério da Cultura, 1997.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. *O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do Patrimônio Cultural – 1973/1979*. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. (Dissertação de mestrado)

CURY, Isabelle (org.). *Cartas Patrimoniais*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

HOWARD, Ebenezer. *Cidades-jardins de Amanhã*. Trad. Marco Aurélio Lagonegro. São Paulo: Hucitec, 1996.

IPHAN. *As Missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent*. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira; Organização e texto de Claudia Feierabend Baeta Leal. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

LEAL, Claudia F. Baeta. *As missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25, 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2000. (Dissertação de Mestrado).

RAMALHO, Arthur Dias Soares. *Planejamento e preservação: a Fundação João Pinheiro e o plano de Conservação, Valorização e Desenvolvimento de Ouro Preto e Mariana*. São Paulo:

USP/Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2015 (Dissertação de mestrado).

RAMOS, Tânia Beisl; MATOS, Madalena Cunha. *Campos opostos: trabalhos e viagens de Viana de Lima no Brasil*. In: Anais do 2º Seminário DOCOMOMO Norte-Nordeste. Salvador: Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, 2008.

RIBEIRO, Cecília. *O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano, 2012. (Tese de doutorado).

RIBEIRO, Cecília. *Viana de Lima em missão da UNESCO no Brasil*. In: URBANA – Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade. V.5, nº. 6, mar.2013 – Dossiê: Urbanistas e Urbanismo. Campinas: CIEC/UNICAMP, 2013.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Salvador: Oiti Editora, 2014.

TEIXEIRA, Ricardo dos Santos; MORAES; Fernanda Borges de. *O Plano Viana de Lima para Ouro Preto: a circulação das ideias na construção da cidade-patrimônio*. IN: XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Anais… Porto Alegre, 2012.

TOPALOV, Christian. *Os saberes sobre a cidade: tempos de crise?*. Tradução de Maria Cristina da Silva Leme. In: IV Encontro Nacional da ANPUR. Salvador: [Conferência apresentada], 1991.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad. Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1971.

DOCUMENTOS:

ESCRITÓRIO DOS MUSEUS DA SOCIEDADE DAS NAÇÕES. *Carta de Atenas*. Atenas: 1931. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf>. Acesso em 10 abr. 2017.

ICOMOS. *Carta de Veneza*. Veneza: 1964. Disponível em: <http://www.icomos.org/charters/venice_f.pdf>. Acesso em 15 fev. 2017.

OEA. *Normas de Quito*. Equador, 1967. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em 15 fev. 2017.

PARENT, Michel. *Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico* (tradução de Rejane Maria Lobo Vieira) in: LEAL, Claudia F. Baeta (org.). As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN; Copedoc, 2008.

VIANA DE LIMA, A. (1970). *Brésil – Renovation et mise en valeur d'Ouro Preto – octobre-décembre*. [Primeiro relatório], 1970. Paris: Unesco. Disponível online. Acesso em 23 de junho de 2017.